

Recursos Informativos

. Orientação da Direção Geral da Saúde dirigida a profissionais de saúde para identificar e prevenir casos de mutilação genital feminina (MGF)

<http://goo.gl/Ac801>

. “Manual de Entendimento dirigido às Utentes dos Internamentos de Puerpério”, produzido pela Maternidade Alfredo da Costa, em: Chinês,

Romeno | <http://goo.gl/KxDjI>

Russo | <http://goo.gl/sdMTa>

Inglês, <http://goo.gl/yLBvw> e Árabe | <http://goo.gl/7GLbi>

. “Como Cuidar do Seu Bebê” Manual pedagógico bilingue, produzido pelo CEPAC, disponível em Português/Francês, Inglês, Romeno, Russo, Chinês ou Ucraniano (pedido para geral@cepac.pt)

. Manual de Assistência Espiritual e Religiosa Hospitalar

<http://goo.gl/blZYg>

Linhas

. Linha SOS imigrante | 808 257 257

Apoio a imigrantes; tradução telefónica em mais de 60 línguas que permite a teleconferência imigrante, serviço de saúde e tradutor/a; apoio às vítimas de tráfico de seres humanos

. Apoio à vítima imigrante | 707 200 077

10h-13h/14h -17h dias úteis ou uavidre@apav.pt

. Atendimento à mulher brasileira em situação de violência no exterior

800 800 550/ opção 3/ informe o nº 61-3799.0180

Contactos Úteis em Coimbra

. CLAI/C - Centro Local de Apoio à Integração do Imigrante de Coimbra

Tel| 239 718 858 | claii.coimbra.proximidade@gmail.com

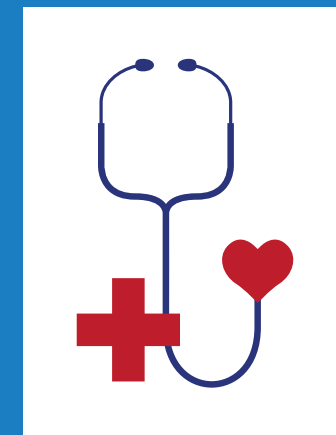
. Graal/SauDar+



Tel | 239 09037 | coimbra@graal.org.pt

Iniciativa:

Apoios:



É profissional de saúde? Conheça os direitos e recursos para o acesso de imigrantes à Saúde.

As pessoas imigrantes em Portugal têm direitos e deveres relativamente a cuidados de saúde, tal como os/as cidadãos/ãs nacionais.

O Serviço Nacional de Saúde não pode recusar assistência com base em qualquer razão ligada a nacionalidade, falta de meios económicos, falta de legalização ou outra.

DIREITOS DOS/AS IMIGRANTES

Quer seja imigrante ou nacional, todos os cidadãos e todas as cidadãs têm o direito à saúde e o dever de a proteger.

A legislação portuguesa diz que “ninguém pode ser beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual” (Artigo 13º da Constituição da República).

Recusar assistência é ilegal.

LEGISLAÇÃO

A Legislação aplicável para o acesso à saúde de imigrantes é:

- Lei nº 134/99 de 28 de Agosto - proíbe as Discriminações no exercício de direitos por motivos baseados na raça, cor, nacionalidade ou origem étnica
- Despacho do Ministério da Saúde nº 25.360/2001, de 16 de Novembro, “Acesso de Imigrantes ao SNS”, e Circular Informativa - “Acesso dos Imigrantes ao Serviço Nacional de Saúde (Nº12/DQS/DMD)”, em <http://goo.gl/qoF8a>
- Circular Informativa nº 65 DSPCS 26/11/2004, “Acesso de filhos menores de imigrantes ao SNS” <http://goo.gl/KMKrR>

INSCRIÇÃO NO SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE

Para pedir o número de Utente, os/as imigrantes devem dirigir-se ao Centro de Saúde, da sua área de residência, com um dos seguintes documentos: comprovativo de autorização de permanência/ residência ou visto de trabalho.

Caso estejam em Portugal em situação irregular (vulgo ilegal) é necessário o atestado de residência, documento emitido pelas Juntas de Freguesia comprovando que se encontram em Portugal há mais de noventa dias.

ASSISTÊNCIA A IMIGRANTES

Os/as imigrantes em situação regular (legais), têm o direito ao acesso e assistência nos serviços de saúde e o dever de pagamento das taxas, tal como os/as cidadãos/ãs nacionais.

Também têm o direito de solicitar a isenção de taxas moderadoras.

Os/As imigrantes em situação irregular, vulgo ilegais, têm o direito a recorrer ao SNS. Os/as profissionais de saúde são obrigados/as a atendê-los/as e a guardar segredo profissional de todas as informações fornecidas.

Se tiver conhecimento de uma recusa na prestação de cuidados de saúde, deve aconselhar o/a imigrante a dirigir-se ao Gabinete do Utente/Cidadão do Centro de Saúde ou do Hospital, a fim de esclarecer a situação. Em alternativa o/a imigrante poderá dirigir-se à sede da Sub-Região de Saúde, à Direcção Geral de Saúde, ao Ministério da Saúde ou ainda ao Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural.

Pela assistência prestada ao/à imigrante em situação irregular, podem ser cobradas despesas. Tal como para a generalidade dos/as utentes, são gratuitos os seguintes serviços: vacinação, consultas a grávidas e a crianças e planeamento familiar. Também são gratuitos os cuidados de saúde no caso de doenças que constituam perigo para a Saúde Pública, como o HIV/SIDA, outras DST ou Tuberculose.

Apesar da igualdade de direitos, as pessoas imigrantes têm necessidades específicas ao nível dos cuidados. É importante ter em conta algumas particularidades, nomeadamente as diferenças culturais e vulnerabilidades específicas como as dificuldades linguísticas, económicas e de inserção social e familiar. As mulheres imigrantes são também mais vulneráveis à violência: doméstica, assédio sexual, tráfico de seres humanos e mutilação genital feminina. (v. recursos de apoio).